

Informe Técnico – Plano Safra 2021/2022 – 25 de maio de 2021

Economista Francisco Carlos Simioni
CRE – 4717 – Agente Profissional

Novas normas irão balizar o comportamento do custeio para nova safra de verão e dos investimentos, em especial, no segmento dos pequenos e médios agricultores.

O Plano Safra 2021-2022, principal instrumento de financiamento rural está em fase final de elaboração. Novidades, certamente virão, entre as dúvidas as mais presentes são:

A- Como ficarão as taxas de juros e qual o novo formato de cobrança nas operações de médio e longo prazo (investimentos)? Juros efetivos + TFP, TLP ou Selic?

B- Qual será a disponibilidade de recursos controlados?

São considerados recursos controlados aqueles das Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda; os de qualquer fonte, destinados ao crédito rural, na forma da regulação aplicável, quando sujeitos à subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros.

C- Qual será a disponibilidade de recursos para 'equalização das taxas de juros'?

D- Qual o montante de recursos para o Crédito Rural da safra entrante e, qual o montante de recursos para Seguro Rural/Subvenção Econômica ao prêmio de seguro rural, considerando a importância desse mitigador de risco para a produção agropecuária?

Esses, entre outros pontos, são aguardados pelo Setor Agropecuário com atenção.

Os desafios são muitos, pois, o Governo Federal, precisa promover um 'ajuste fiscal' intenso nas contas públicas, devido às ações impostas pela pandemia e manter o estímulo a esse importante segmento da economia.

Por outro lado, otimismo não falta entre os produtores de grãos, carnes, leite, frutas, hortaliças, etc. Preços atraentes estão sendo praticados pelo mercado, remunerando os custos de produção e impulsionando a renovação de máquinas, equipamentos e implementos. Novos investimentos estão sendo idealizados e realizados em conectividade, energia renovável e agroindústria e outros.

A produção não para, a terra está sendo preparada, os insumos estão adquiridos e os contratos para entrega futura estão sendo realizados. Com preços menores do que os atuais de balcão, mas,

Informe Técnico – Plano Safra 2021/2022 – 25 de maio de 2021

estão sendo feitos como costumeiramente ocorrem.

Sem crédito suplementar, equalização das taxas de juros ficará prejudicada.

Com todo esse cenário e a movimentação constante do agronegócio brasileiro, continua em análise no Congresso Nacional, o **PLN 4/21, que trata sobre a recomposição de dotações relativas às despesas primárias reduzidas durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021. O orçamento de 2021 para a União, aprovado pelos parlamentares e sancionado pelo Presidente da República, estabeleceu um corte de 75% no montante de recursos previstos pela equipe econômica para subvenções ao agro. São R\$ 2,5 bilhões a menos e provocaram a suspensão de novas operações no atual Plano Safra que finda em 30/06/21. Vis à vis, tecnicamente, não há um Plano 'B'. Sem a aprovação do PLN 4/21, os recursos para equalização das taxas de juros ficam prejudicados.

O crédito suplementar total é de R\$ 19,76 bilhões, incluindo os Benefícios Previdenciários Urbanos e Rurais a Remuneração a Agentes Financeiros e diversas subvenções econômicas, deverá

recompôr as despesas primárias do orçamento do ano em curso.

No caso dos financiamentos agrícolas, libera orçamento adicional para o Programa 'Brasil, Nosso Propósito, Agropecuária Sustentável' em R\$ 4,3 bilhões.

No Plano Safra 2020-2021 foram destinados para equalização de juros, R\$ 11 bi. Para o próximo, a solicitação encaminhada pelas entidades representativas do agro ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é de R\$ 15 bi.

Finalizando, planejamento é a palavra mágica para driblar o humor variável do clima, os de mercado e para superar os desafios de forma tempestiva em simetria com o fluxo de caixa.

** Agência Nacional de Notícias.